

A LITERATURA DE CORDEL NOS CURRÍCULOS ESCOLARES: HISTÓRIA E RESISTÊNCIA

Francisco Cláudio Alves Marques*
Esequiel Gomes da Silva**

Resumo: Neste artigo pretendemos demonstrar que o uso de fontes escritas, situadas entre a oralidade e a escrita, no âmbito da escola e inclusive na universidade, constitui contribuição importante para o estudo de produções poéticas que fogem às normas que regem as composições eruditas e acadêmicas, sendo, por esse motivo, pouco estudadas e pouco compreendidas, o que tem deixado esse tipo de produção à margem do que é aceito como cultura pelos estudiosos de produções, por assim dizer, eruditas. Pretendemos ainda colocar em discussão a importância de se levar o cordel para o contexto da escola e da academia hoje e de, sobretudo, apresentá-lo aos estudantes como crônica poética do cotidiano e como uma oportunidade para se conhecer outras visões de mundo, nem sempre coincidentes com as do universo erudito.

Palavras-chave: Literatura de Cordel. Crônica. História. Resistência.

Abstract: The use of written sources in primary and secondary schools as well as at the university level is an important contribution to the study of poetic productions that disobey the rules that govern the scholar compositions. Therefore, these compositions are little studied and poorly understood, which has constantly set aside this type of production. In this article, we intend to put into question the importance of taking string literature to all school levels, including the university and, above all, to present it to students as a poetic chronicle of everyday life and as an opportunity to learn about other world views, which not always coincide with those of the erudite universe.

Keywords: String Literature. Chronicle. History. Resistance.

1 Um recuo na ancestralidade

Antes de se reinventar no Nordeste brasileiro, no final do século XIX, a literatura de folhetos, dita de cordel, já vinha correndo “as sete partidas do mundo”. Na Itália, sobretudo nas províncias do Sul, vendedores ambulantes, à maneira de mascates, saíam vendendo folhetos, os chamados “libretti muriccioli”, impressos aos milhares nas prensas recém-instaladas em Nápoles, logo após a invenção da imprensa. As narrativas, estampadas em papel ordinário e a baixo preço, em prosa e em verso, consistiam em vulgarizações de Ariosto, Tasso e até de clássicos da literatura grega e latina. Até o final do século XIX, os italianos das províncias tomavam conhecimento dos “acontecidos”, da vida de santos, dos “briganti” (bandidos) e dos romances de cavalaria, vulgarizados, por meio desses folhetos não raro compostos em oitava rima ariostesca. Na França, por volta dos séculos XVI e XVII, predominaram os livrinhos da Biblioteca Azul e a literatura de “colportage”, impressos no mesmo formato dos folhetos italianos. Seguindo essa mesma tradição, na Espanha se destacaram os “pliegos sueltos” e, em Portugal, as folhas volantes ou literatura de cordel, arquetipos dos folhetos nordestinos. Esse tipo de literatura desempenhou uma importante função social durante a Idade Média, quando os livros eram raríssimos e escritos em latim e grande parcela da população era analfabeta, estendendo-se até o final do século XIX, quando

* Doutor em Letras/Teoria Literária e Literatura Comparada pela Universidade de São Paulo. Professor do Departamento de Letras Modernas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, *campus* de Assis. Endereço eletrônico: fransclau@gmail.com

** Doutor em Letras/Literatura e Vida Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, *campus* de Assis. Professor da Universidade Federal do Pará, *Campus* Universitário do Marajó, cidade de Breves. Endereço eletrônico: esequielg72@gmail.com

alguns poetas populares continuavam reproduzindo seus folhetos e resistindo ao poder da imprensa e à crescente tradução de obras da literatura erudita para as línguas vulgares.

Por volta do final do século XV, relatos sobre o Novo Mundo começam a ser divulgados por toda a Europa por meio de documentos oficiais e folhas volantes. Além das informações sobre o Brasil, constantes da *Carta de Caminha*, outros escritos, como o *Mundus Novus*, a *Lettera al Soderini*, as folhas volantes portuguesas e os textos de cordel ibéricos, passariam a descrever as maravilhas e as coisas inusitadas do Novo Mundo, ajudando a povoar um imaginário coletivo já carregado de expectativas sobre as novas terras avistadas.

No *Mundus Novus*, folheto de poucas páginas, escrito em latim, sem indicações tipográficas e com os caracteres da impressão popular, publicado supostamente entre 1503 e 1504, comparece um “Albericus Vesputius” que narra em forma de carta a Lorenzo di Pierfrancesco de Medici uma viagem realizada entre 1501 e 1502, abaixo do Equador até cinquenta graus de latitude sul. Dos relatos da viagem destacamos alguns trechos em que o viajante descreve as terras avistadas com base nos motivos edênicos presentes em muitos manuscritos que já circulavam anteriormente pela Europa: segundo o navegador, os índios daquela região vivem 150 anos, raramente ficam doentes, pois o ar ali é muito temperado e bom, de modo que nunca houve peste ou outra doença derivada da corrupção do ar. Quanto à terra, relata:

[...] é muito fértil e amena, com muitas colinas, montes, infinitos vales, abundante em grandiosíssimos rios, banhada de saudáveis fontes, com selvas amplíssimas e densas, pouco penetráveis, copiosa e cheia de todo o gênero de feras. (VESPÚCIO, 2003, p. 45).

Lá “as árvores crescem sem cultivador, muitas das quais dão frutos delectáveis no sabor e úteis aos corpos humanos”; o ouro e as pérolas abundam, mas não são estimados pelos habitantes. E, mais adiante, fazendo uma analogia com o paraíso terrestre, algo que já tinha sido feito por Vespúcio na *Carta de Lisboa*, de 1502, narra:

Certamente, se o *paraíso terrestre* estiver em alguma parte da terra, creio não estar longe daquelas regiões, cuja localização, como disse, é para o meridiano, em tão temperado ar que ali nunca há invernos gelados nem verões férvidos. (VESPÚCIO, 2003, p. 47, grifo nosso).

Embora a autoria do *Mundus Novus* tenha sido atribuída a Américo Vespúcio, o fato é que o autor da primeira edição permanece desconhecido. Segundo Eduardo Bueno (2003, p. 29), o opúsculo teria aparecido pela primeira vez em Paris, certamente em latim (supostamente traduzido do desconhecido manuscrito italiano), em fins de 1503 e início de 1504. Seguiram-se várias reimpressões, sendo que a primeira datada consta de 1504, Alemanha, Augsburg. Com base nesta versão, Jehan Lambert elaborou a edição francesa, mas ainda sem o título que o tornaria famoso por toda a Europa. A primeira versão intitulada *Mundus Novus* sai em Veneza, ainda em 1504, tendo conhecido 12 edições entre 1504 e 1505, todas sem data ou local de origem. Em 1506 já existiam 25 edições em latim, italiano, alemão, holandês e tcheco; 41 antes do final de 1508. Só na Alemanha, entre 1505 e 1506 foram impressas 11 edições em Basel, Augsburg, Munique, Leipzig, Nuremberg e Estrasburgo. Ainda de acordo com Bueno (2003, p. 29), o sucesso obtido pelo *Mundus Novus* no continente europeu se deve ao fato de ter sido escrito na forma de “um panfleto, um cordel”, de ter sido “vendido em praças e feiras”, “lido por nobres e plebeus” e ainda porque

Tinha a brevidade de uma novela e a urgência de um anúncio. Era simultaneamente simples e sofisticado. Misturava sangue, selvageria e

ciência, investigação filosófica e ação rocambolesca, visões do paraíso e dantescas cenas de antropofagia. Era ligeiro sem deixar de ser profundo, analítico sem ser tedioso. (BUENO, 2003, p. 29-30).

Entre 1505 e 1506, sai em Florença outro texto atribuído ao navegador florentino, *Lettera di Amerigo Vespucci delle isole nuovamente trovate in quattro suoi viaggi* (Carta de Américo Vespúcio das ilhas novamente encontradas em quatro viagens suas), que passa a ser conhecido depois como *Lettera al Soderini* (Carta a Soderini). Neste texto, segundo informações constantes em Silvano Peloso (1996), são narradas quatro viagens que Vespúcio teria realizado entre 1497 e 1504. O fato é que, por incumbência do rei de Portugal, o navegador teria, nas duas últimas viagens, percorrido a costa do Brasil sendo que, na quarta, teria ido até uma localidade batizada como *Badia de Tucti e Sancti* (Bahia de Todos os Santos), como ele mesmo relata:

[...] não vimos nenhum outro animal, salvo ratos muito grandes, lagartos com duas caudas e alguma serpente. E, feitas as provisões, partimos com vento Sul e Sudoeste, porque tínhamos um regimento do Rei ordenando que o navio que se perdesse da frota ou de seu Capitão, devia retornar à terra da viagem passada. Descobrimos um Porto, que pusemos o nome de Bahia de Todos os Santos, e prouve Deus dar-nos tão bom tempo que em dezessete dias aportamos naquela terra, que distava umas 300 léguas da ilha... (CANOVAI, 1817, p. 113, trad. nossa).

De certa forma, o *Mundus Novus* e a *Lettera al Soderini* constituem um testemunho da forma como um certo público do período quinhentista olhava as descobertas, colocando as novas terras avistadas dentro de precisos parâmetros interpretativos (cf. PELOSO, 1996, p. 39-40). Não demoraria e logo sairiam do meio desse público, com suas crenças, mitos e imaginário, aqueles colonos e missionários que iriam colonizar, “civilizar” e povoar o Novo Mundo.

No prefácio à 2ª edição de *Visão do Paraíso*, Sérgio Buarque de Holanda relata o caso do colono português Pedro de Rates Hanequim, natural e morador em Lisboa, mas que viveu 26 anos em Minas Gerais, no século XVIII, certamente contemporâneo das mais antigas lavras de ouro. Suas teorias, que o levaram à condenação em 1744 pela Mesa do Santo Ofício a ser queimado,

[...] consistiram em sustentar com obstinação impávida que o Paraíso Terreal ficara e se conservava no Brasil, entre serranias do mesmo estado [Minas Gerais]. Acrescentava haver ali uma árvore à feição de maçãs ou figos, e esta era a do Bem e do Mal, e assim também que o das Amazonas, o São Francisco e outros, eram os quatro rios que saíram daquele horto. Aliando à antiga opinião de que os americanos descendiam das tribos perdidas de Israel, passagens do Velho Testamento e episódios tomados, ao que parece, da lenda do Sumé, afirmava que Adão se criou no Brasil e dali se passou de pé enxuto a Jerusalém, abrindo-se para isso as águas do Mar Oceano, assim como as do mar Vermelho se abriram outrora aos israelitas, enfim que as marcas de suas pisadas ainda se podiam ver perto da Bahia. Dizia mais: que no Brasil se haveria de levantar o Quinto Império e, para maior escândalo dos inquisidores, que o Dilúvio não foi universal, já que poupou o Brasil... (HOLANDA, 2000, p. XXIV-XXV).

Os colonos europeus que desembarcavam na costa brasileira portavam consigo não apenas cordéis e caçarolas furadas, conforme alguns relatos estereotipados, mas uma visão

particular de mundo, uma visão que vinha sendo plasmada por meio da literatura de folhetos e que costumava desenhar o Novo Mundo como uma terra paradisíaca, como acreditava Pedro Hanequim, plena de criaturas estranhas e de pessoas vivendo ainda à margem do mundo civilizado. Uma visão de mundo conformada à dogmática moral católica aliada, paradoxalmente, a uma cosmovisão carnavalesca do mundo. Segundo Paul Zumthor (1980), a literatura de cordel nordestina, enquanto manifestação artístico-popular formadora da consciência do grupo, revela um traço marcante do imaginário e da oralidade daqueles camponeses e guerreiros que partiam da Europa medieval para colonizar a América:

Os que partiam – aventureiros, missionários, marginais de todo calibre encontrados nos portos do Ocidente – mergulhavam ainda, até a barriga, até a boca, no velho mundo medieval, camponês e guerreiro, que tinha sido o mundo da voz. Nos estabelecimentos tão frágeis que edificavam, em nome de reis longínquos, na vacuidade desse Novo Mundo, mantinham – mantiveram pelo tempo em que a sociedade e a técnica o permitiram – o sopro dessa voz, palavra viva, presença e calor... É disto que testemunha, a seu modo e no seu setor, a literatura de cordel. A voz que a engendrou e à qual retorna ainda hoje, em qualquer ocasião, constituía o lugar fundador da consciência do grupo. No meio de uma natureza brutal e hostil, a voz, o canto, estendiam o espaço dos corpos até o fundo das sombras aonde o eco chegava. Ora a voz, como tal, faz sentido, e sentido próprio. Os colonos, ou talvez tenham sido seus escravos, trouxeram nos seus navios velhos, uma imagem arquetípica, presente na Eurásia inteira, bem como na África negra; aquela do cantador cego, errante de vilarejo em vilarejo e trazendo consigo poemas inspirados. (ZUMTHOR, 1980, p. 220-239).

Muitos desses colonos europeus tinham lido ou ouvido alguém ler relatos que davam conta da existência de um país imaginário cujo nome era Cocanha, a terra da liberdade e da abundância. Logo o arquétipo se ajustaria à realidade do sertão bravo, onde a fome resultante das adversidades climáticas e das secas periódicas levaria poetas populares e cantadores a imaginar um lugar com as mesmas condições, o País de São Saruê.

O povo em São Saruê
tudo tem felicidade
não há contrariedade
não precisa trabalhar
e tem dinheiro à vontade.

Lá os tijolos das casas
são de cristal e marfim
as portas barras de prata
fechaduras de rubim
as telhas folhas de ouro
e o piso de sitim.

Lá eu vi rios de leite
barreiras de carne assada
lagoas de mel de abelha
atoleiros de coalhada
açudes de vinho do porto
montes de carne guisada. (SANTOS, 1947, p. 2).

Logo a literatura de folhetos aclimatária à realidade de sua gente a *História da Imperatriz Porcina*, do poeta cego Baltasar Dias, da Ilha da Madeira. O “romance” da esposa injustamente acusada de adultério, de cunho didático-moralizante, serviria de cartilha para as mulheres. *Os Martírios de Genoveva* devia comover o leitor/ouvinte e servir de modelo de conduta para as gentes do sertão, ditando regras de comportamento para as mulheres e para os adeptos da fé cristã, uma vez que a história da Santa, embora lendária, se baseava nas incontestáveis biografias hagiográficas reunidas na *Legenda Aurea* de Jacopo da Varagine (1228-1298). A história de Genoveva, até hoje reimpressa nas tipografias brasileiras, reproduzia valores com os quais a comunidade nordestina se identificava de imediato. Calcado nas histórias exemplares medievais, o relato de Genoveva afirmava valores e dogmas católicos como o sacramento da confissão, a justiça divina e a intervenção da Virgem.

À nobre publicidade
Levo respeitosamente
Um caso que sucedeu
Na Europa antigamente,
O qual não foi esperado,
Fez comover muita gente.

Nesta história se vê
A virtude progredir,
A verdade triunfar,
O mal se submergir,
A honra salientar-se,
A falsidade cair. (BARROS, 2006, p. 1).

2 O cordel como crônica do cotidiano e da vida do brasileiro

Além de mero divulgador de narrativas fabulosas e exemplares, o cordel deve ser apresentado ao estudante brasileiro como continuador da tradição daquele cordel-crônica difundido por toda a Europa, que dava conta da apresentação de relatos de viagem de um prisma muito particular e que acabou moldando uma visão de mundo que logo seria transplantada para o sertão brasileiro. Aqui, as gestas carolíngias seriam colocadas novamente em “romance” e a *História de Carlos Magno e dos Doze Pares de França* passaria a recontar a história de luta e valentia de vaqueiros, cangaceiros e homens do campo. Essas narrativas heroicas inspirariam os poetas populares na construção de heróis locais, como Lampião e Antônio Silvino, igualmente revestidos pela mesma couraça da invulnerabilidade que tinha garantido aos pares de França extraordinários sucessos na guerra contra os turcos “infiéis”.

Eram doze cavalheiros,
Homens muito valerosos.
Destemidos e animosos
Entre todos os guerreiros.
Como bem fosse Oliveiros,
Um dos Pares de fiança.
Que sua perseverança
Venceu todos os infiéis —
Eram uns leões cruéis
Os Doze Pares de França!

Todos eram conhecidos

Pelos Leões da Igreja,
Pois nunca foram à peleja
Que nesta fossem vencidos.
Eram por turcos temidos.
Pela Igreja estimados,
Porque quando estavam armados,
Suas espadas luziam
E os inimigos diziam:
— Esses são endiabrados! (BARROS, 1909, p. 1).

A literatura de cordel se apresenta também como uma alternativa para que estudantes e pesquisadores entendam determinados acontecimentos históricos, políticos e sociais – geralmente narrados sob o ponto de vista dos vencedores pela historiografia oficial –, da perspectiva das minorias, das classes subalternas e pouco escolarizadas.

Por mais de setenta anos a literatura de folhetos constituiu a única fonte de informação e entretenimento para os habitantes das regiões mais afastadas das grandes capitais nordestinas. Para divulgar a poesia popular e vender seus folhetos, poetas e folheteiros embarcavam nos trens da Great Western, empresa ferroviária inglesa cujas ramificações, no começo do século XX, iam alcançando gradativamente os municípios mais remotos do Nordeste. A implantação de estações ferroviárias nessas localidades, iniciada no final do Império, significou um primeiro passo para tirar do isolamento geográfico e sociocultural dezenas de comunidades que viviam da coleta, da pesca e do cultivo da terra.

No entanto, com a expansão dos meios de comunicação de massa – do rádio e da televisão, sobretudo –, mais exatamente por volta da década de 1960, a literatura de folhetos começa a entrar em considerável declínio. Em meados da década de 1950, o poeta Rodolfo Coelho Cavalcante, preocupado com os rumos que estava tomando a literatura de folhetos no Nordeste, idealizou o que veio a se chamar Primeiro Congresso Nacional de Trovadores e Violeiros, com sede em Pernambuco. Rodolfo teria dado início ao evento com vistas à moralização do cordel, já que muitos poetas populares compunham folhetos licenciosos vendidos impunemente pelas ruas e praças do Nordeste. Com a realização do evento, Rodolfo pretendia também incentivar a criação de “movimentos associativos” ou entidades dos poetas para “defender a classe”, porque “sentia as dificuldades da classe, passando fome, uns morrendo de tuberculose”, e ainda porque, segundo ele,

[...] a literatura de cordel [...] era uma literatura perseguida, perseguida mesmo. Não tinham valor nenhum os trovadores da literatura de cordel. E, além disso, reinavam em vários estados do Nordeste, livros licenciosos, imorais, indecentes. E, como espiritualista [...] sempre fui contra a licenciosidade. Então, era meu ideal reunir a classe, fundar uma entidade, para combater, acabar com esses abortos. (CAVALCANTE apud CURRAN, 1987, p. 34).

Além da iniciativa de poetas como Rodolfo Coelho Cavalcante, Manoel Monteiro, José Costa Leite, Gonçalo Ferreira da Silva, irmãos Klevisson e Arievaldo Viana, a revitalização da Literatura de Cordel deve-se, em especial, à tomada de temas relacionados com a realidade política e social do país; ao seu caráter menos localista; e à implantação de cordelotecas nas universidades públicas disponibilizando um variado acervo de folhetos e livros especializados para alunos de Graduação, de Pós-Graduação e pesquisadores em geral.

Embora venha se reinventando desde a década de 1960 para sobreviver à ameaça representada pela expansão dos meios de comunicação de massa, permanece o fato de que os atuais autores de folhetos – e muitos deles têm formação acadêmica – continuam interpretando os fatos da atualidade de uma perspectiva mais tradicional, insistindo, muitas

vezes, em produzir suas narrativas nos moldes da antiga literatura de folhetos. Por um lado, acreditamos que essa é uma estratégia de resistência com vistas a preservar o modelo herdado da Europa e aclimatado à vida das comunidades que o receberam. Por outro, o ato de continuar empregando uma visão de mundo considerada por muitos ultrapassada e conservadora para expressar uma opinião sobre o mundo moderno parece guardar as queixas camonianas contra o tempo estampadas no soneto “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”:

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o Mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.

Continuamente vemos novidades,
Diferentes em tudo da esperança;
Do mal ficam as mágoas na lembrança,
E do bem, se algum houve, as saudades. (CAMÕES apud TORRALVO, 2007, p. 127).

O desencanto com as “novidades, / Diferentes em tudo da esperança”, parece ter sido um sentimento compartilhado por muitos poetas ao longo dos séculos frente às mudanças repentinas e inusitadas e vindas, sobretudo, de cima – não das divindades, mas dos potentados. Como Camões, o poeta de cordel Leandro Gomes de Barros expressa agudamente seu descontentamento para com a República em alguns de seus folhetos de “circunstância”, fazendo-o pelo menos duas ou três vezes para desaprovar, no plano da sátira, determinadas deliberações republicanas. As mudanças pregadas pelos idealizadores do novo regime na verdade não ocorreram, e Leandro, um poeta com uma visão aguda da situação social e política do país, denuncia a violência, a corrupção e a falta de consenso entre os políticos da época no folheto *Um pau com formigas*:

Chamam este século das luzes
Eu chamo o século das brigas
O época das ambições
O planeta das intrigas
Muitos cachorros num osso
Um pau com muitas formigas.

Então depois da república
Tudo nos causa terror
Cacete não faz estudo
Mas tem carta de doutor
A cartucheira é a lei
O rifle governador. (BARROS, s. d., p. 2).

Na verdade, a poesia satírica e indignada de Leandro procurava desancar o “cavalo de Tróia” que tinha sido oferecido à população brasileira sem sobreaviso, e não poucas vezes, o poeta criticou exasperadamente a cobrança excessiva de impostos durante a Primeira República, como no folheto *O imposto e a fome*, de 1909:

O imposto disse a fome:
– Colega, vamos andar,
Vamos ver pobre gemer

E o rico se queixar?
A tarde está suculenta,
O governo nos sustenta
Nós podemos passear. (BARROS, 1909, p. 1),

e no folheto *O governo e a lagarta contra o fumo*:

Faz pena o clamor do povo
Nesses encostos de mata,
Lutando com duas pestes
Que não há quem as rebata;
A primeira é o Governo,
A segunda é a lagarta.

A lagarta porque põe
A lavoura toda em pó
Essa corre do feijão
Desde a raiz ao cipó
Antes lagarta dez vezes
Do que fiscal uma só. (BARROS, s.d., p. 2).

Durante a década de 1970, e até bem pouco tempo, a literatura de cordel, na pessoa de seus poetas, decide enfrentar sua principal ameaça, a televisão, por um viés marcadamente moralizante, numa tentativa de convencer os leitores de que sua inserção nas residências acabaria por corromper as famílias. No início, tanto esse veículo de comunicação, como um de seus produtos mais consumidos, a telenovela, não foram muito bem assimilados pela sociedade patriarcal brasileira. O sertanejo via tanto no aparelho quanto nas suas exibições uma afronta aos costumes e à moral patriarcal. Embora sarcásticos, os versos a seguir, do poeta de cordel Moacir Germano, atestam a preocupação que os pais tinham com as cenas exibidas nas telenovelas e com a influência que poderiam exercer na vida de suas famílias, sobretudo nas regiões interioranas do Brasil. Depois do jornal televisivo, o poeta coloca-se à frente da TV, comprada a pedido dos filhos, e depois de observar trechos da novela, diz ter se escandalizado com “o que passava na tela”:

Comecei a não gostar
Das cenas que estava vendo;
Era uma pouca vergonha
O que estava acontecendo;
E o outro lado da coisa,
Eu comecei conhecendo.

Era um tal de beija, beija,
Mulher de peito de fora,
Beijo na boca, nas pernas;
Eu disse: “Nossa Senhora!”
Aí veio a propaganda,
Cortando a cena na hora.
[...]
Desliguei o aparelho
Disse: tá tudo acabado;
Eu vou ser bem curto e grosso
No meu pequeno recado:
Eu não vou querer meu lar
Num cabaré transformado.

Safadeza aqui em casa
Eu não admito, não;
Pois como é que eu vou querer
Que essa tal televisão
Venha querer me mostrar
Tamanha esculhambação? (GERMANO, 2004, p. 8-9).

Utopias sociais como as do país da Cocanha e das terras de São Saruê já eram conhecidas e cantadas por poetas e repentistas nordestinos desde o final do século XIX. Mas é com o advento da República que Leandro Gomes de Barros, desencantado com o novo regime, escreve dois folhetos – *Uma viagem ao céu* e *A vontade do preguiçoso que tudo quer sem trabalhar* – em que ridiculariza a crença na existência de um país onde os rios são de leite, as montanhas de rapadura, dinheiro brota em árvores e as pessoas não precisam trabalhar. Recentemente, como havia feito Leandro, os poetas Arievaldo Viana e Manoel Monteiro compuseram mais uma extraordinária sátira ao país da Cocanha, dessa vez no contexto da atual e conturbada política brasileira, colocando do avesso toda a crença nas falsas promessas de mudanças e de soluções mágicas para as graves mazelas sociais que o país vem enfrentando. Trata-se do folheto *Viagem à baixa da égua*, de 2001, que critica tanto a corrupção quanto a privatização do patrimônio público por políticos cujos nomes são citados para efeitos de rima e de riso. No Nordeste, mandar alguém à “baixa da égua” significa mandá-lo para um local distante, geograficamente desconhecido, para onde não se deseja ir e para onde só se manda uma pessoa indesejada. O avesso da Cocanha, a “Baixa da Égua” é a terra para onde são mandados, no plano da sátira, políticos corruptos e seus secretários, sobretudo pelo fato de ignorarem a real situação do povo brasileiro:

A Baixa da Égua fica
Escondida numas grotas
É uma terra esquecida
Desde as eras mais remotas
Fica depois do lugar
Que Judas perdeu as botas.

Lá todos contam lorotas
No máximo meias verdades
É um lugar adequado
Pra certas autoridades
Que mereciam viver
Penando detrás das grades.

Se quiser ir não tem erro
Eu vou lhe dizer agora
A Baixa da Égua é onde
Crocodilo rir e chora
Linha reta faz a curva
E o cão perdeu a espora!

A Baixa da Égua vive
Sob a Globalização,
Em todo o país impera
Miséria e corrupção
Não tem energia elétrica
Todo tempo é “Apagão”

Embora a Baixa da Égua
Ainda viva no escuro
Chegando a este lugar
Tem um letreiro no muro:
“Welcome Baixa da Égua
este é o País do Futuro”

Lá os vendilhões da pátria
Irão ficar de uma vez
Porque a língua falada
É um tal pornofonês
Um dialeto imbecil
Extraído do inglês. (VIANA; MONTEIRO, 2001, p. 4-5).

Apesar do forte teor satírico, a literatura de cordel nem sempre trata de questões sérias por um viés cômico. Esta é, na verdade, mais uma estratégia de resistência para desmascarar a hipocrisia reinante e desbancar deliberações arbitrárias que afetam a vida do brasileiro pobre e assalariado. Utilizando a mesma técnica dos antigos viajantes, que difundiam as notícias de suas viagens na Europa medieval por meio da literatura de folhetos, os poetas atuais, inclusive com uma visão de mundo muito semelhante àquela das folhas volantes medievais, e não raro, recorrendo à técnica do exagero, aos provérbios e ditos populares, mantém seus leitores informados dos últimos acontecimentos, mas sempre em consonância com a axiologia de seu público leitor. Um exemplo desses poetas encontra-se em Gonçalo Ferreira da Silva, presidente da ABLC – Academia Brasileira de Literatura de Cordel, localizada no Rio de Janeiro. No folheto *Brizolão para Brizocão*, de 1988, o poeta critica os desmandos e os gastos com a construção de catedrais durante o primeiro mandato do governo de Leonel Brizola no Rio de Janeiro:

Enquanto Brizola prega
Ensinamento sadio
Às vezes somos tomados
De pensamento sombrio
Sobre o futuro do povo
Que habita o Grande Rio.
[...]
Em vez de tanto dinheiro
Saras cruciais feridas
São dezenas e dezenas
De catedrais construídas
Com o fito de salvar almas
Em vez de socorrer vidas

Pelo Rio de Janeiro
Nós podemos, sem engano,
Dizer que além da igreja
Dominar o ser humano
É a metade do mundo
Pertencente ao vaticano. (SILVA, 1988, p. 1).

No folheto *Meninos de rua e a chacina da Candelária*, traduzido para vários idiomas, escrito com base na reportagem da *Revista Veja* de 1996, Gonçalo critica a atuação do então arcebispo Eugênio Sales, que na ocasião deveria ter tido uma participação mais

efetiva no caso, mormente pelo fato de ter “tanta riqueza”: “Como diz a juventude/ é ruim Sales dizer: – Venham a mim as crianças, /quero a todas socorrer. / Não sabe fazer o bem/ só sabe ensinar fazer.” (SILVA, 2005, p. 6).

3 Considerações finais

As ilustrações acima são apenas breves exemplos que apontam a literatura de cordel como uma promissora alternativa para estudantes e pesquisadores que queiram ter acesso a uma visão da História, dos fatos e dos acontecimentos diferente daquela difundida há séculos no âmbito da escola oficial. No entanto, a inclusão dos estudos de cultura popular no âmbito escolar e acadêmico demanda a adoção de critérios de análise crítica e analítica dos folhetos, bem como das manifestações populares em geral, nem sempre coincidentes com aqueles adotados pela crítica voltada para as produções eruditas.

Eric Havelock (1996, p. 101) observa que “[...] tornou-se moda nos países industrializados considerar as culturas não letradas como não culturas”, advertindo que uma cultura com base na oralidade “[...] merece ser considerada e estudada nos seus próprios termos [...]” (HAVELOCK, 1996, p. 101) Referindo-se à literatura marcada pela oralidade, Havelock (1996, p. 190) conclui afirmando que “[...] escapará à nossa compreensão enquanto efetuarmos a sua crítica exclusivamente de acordo com as regras da composição letrada”.

Num país colonizado como o nosso, cuja atenção esteve quase sempre voltada para a imitação de modelos de cultura e sociabilidade europeus, persiste no imaginário coletivo a ideia de que as culturas populares e suas artes são constituídas por manifestações “primitivas”, “ingênuas”, “subdesenvolvidas” e sem “autoconsciência”, e que só teriam valor após receber um tratamento “culto”, algo como um “burilamento” fundado em conceitos universitários, eruditos e técnicos. Ricardo Azevedo (apud MARQUES, 2014, p. 19) observa que tais juízos de valor, baseados sobretudo em desejos e crenças, “[...] têm o dom de deixar menos claro o fato de que as obras de arte populares [...] tendem a ser criadas a partir de paradigmas e modelos construtivos não coincidentes com os geralmente utilizados nas obras, por assim dizer, eruditas.” Com base nessas considerações, concluímos que os critérios sugeridos por Havelock deveriam emergir do corpo-a-corpo com os folhetos; da leitura e análise desses artefatos da cultura popular; da opinião daqueles que lidam com suas manifestações, que a enxergam e a decifram desprovidos da couraça inflexível que acaba por engessar os estudos acadêmicos.

Desse modo, a disponibilização de fontes populares por assim dizer primárias no âmbito da escola e da universidade, bem como de livros especializados no assunto, produzidos por pesquisadores interessados em deslindar e entender o complexo cultural brasileiro, deve permitir que alunos e pesquisadores possam consultar, de imediato, um material de pesquisa que certamente auxiliará no estabelecimento dos critérios apontados por Havelock e Azevedo. Sem dúvida nenhuma, a implantação de espaços para a pesquisa em cultura popular, na escola e na universidade, constitui uma contribuição importante para o estabelecimento do que, um dia, poderá ser considerada uma “poética popular”, “[...] meta a ser incluída urgentemente nos recortes e currículos universitários de um país marcado de forma inescapável pelas culturas e vozes diversificadas do povo.” (AZEVEDO apud MARQUES, 2014, p. 20).

Referências

BARROS, L. G. de. *Batalha de Oliveiros com Ferrabraz*. Recife: s. n., 1909.

_____. *O governo e a lagarta contra o fumo*. Recife: LGB, s. d.

_____. *O imposto e a fome*. Recife: LGB, 1909.

_____. *Os martírios de Genoveva*. Fortaleza, CE: Tupynanquim/ABC, 2006.

_____. *Um pau com formigas*. Recife: LGB, s.d.

BUENO, E. Apresentação. In: VESPÚCIO, A. *Novo Mundo: As cartas que batizaram a América*. São Paulo: Planeta, 2003.

CANOVAI, S. *Viaggi d'Amerigo Vespucci con la vita, l'elogio e la dissertazione giustificativa di questo celebre navigatore*. Florença: Giovacchino Pagani, 1817.

CURRAN, M. J. *A presença de Rodolfo Coelho Cavalcante na moderna Literatura de Cordel*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987.

GERMANO, M. *A televisão: uma porta para o cabaré*. Campina Grande/PB: Gráfica Martins, 2004.

HAVELOCK, E. A. *A revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais*. São Paulo: Ed. da Unesp; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOLANDA, S. B. de. *Visão do Paraíso: Os motivos edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000 (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

MARQUES, F. C. A. *Um pau com formigas ou o mundo às avessas: A sátira na poesia popular de Leandro Gomes de Barros*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2014.

PELOSO, S. *O canto e a memória: História e utopia no imaginário popular brasileiro*. Trad. Sonia Netto Salomão, São Paulo: Ática, 1996.

SANTOS, M. C. dos. *Viagem a São Saruê*. Campina Grande: A Estrela da Poesia, 1947.

SILVA, G. F. da. *Brizolão para Brizocão*. Rio de Janeiro: ABLC, 1988.

_____. *Meninos de rua e a chacina da Candelária*. Rio de Janeiro: ABLC, 2005.

TORRALVO, I. F. *Sonetos de Camões: sonetos, redondilhas e gêneros maiores*. Cotia, SP: Ateliê, 2007.

VESPÚCIO, A. *Novo Mundo: As cartas que batizaram a América*. Apresentação e Notas de Eduardo Bueno, São Paulo: Planeta, 2003.

VIANA, A.; MONTEIRO, M. *Viagem à Baixa da Égua: país onde macaxeira grande é supositório*. Caucaia, CE: Tupynanquim; Campo Grande: Gráfica Martins, 2001.

ZUMTHOR, P. “L’écriture et la voix. (D’une littérature populaire brésilienne)”. Em *Critique: Revue générale des publications françaises et étrangères*. Paris: Editions de Minuit, tomo XXXVI, n. 394, mars 1980, p. 228-239. Tradução de Idelette Muzart, “A Escrita e a Voz (de uma literatura popular brasileira)”. In: *Pluriel – Revue des cultures de langue portugaise*, n. 12: Textes et Documents: <http://revue1-13.pluralpluriel.org/>. Acesso: 27/10/2016.

Recebido em: outubro de 2016.

Aprovado em: dezembro de 2016.